



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E. P.

aprovado pelo Decreto n.º 10/2019, de 26 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

“ARTIGO 39

(Procedimentos)

1. O anúncio do concurso e da adjudicação devem ser publicados no jornal de maior circulação e na página electrónica da empresa contratante.

2. Cada empresa do Sector Empresarial do Estado deve elaborar o Regulamento específico de aquisição de bens e serviços a ser aprovado pela Assembleia Geral, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da entrada em vigor do presente Regulamento.

3. Os procedimentos e requisitos de aquisição constam do Regulamento específico de aquisição de bens e serviços de cada empresa, a ser aprovado pela Assembleia Geral, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de entrada em vigor do presente Regulamento.”

ARTIGO 2

(Entrada em vigor)

O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 31 de Maio de 2022.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Adriano Afonso Maleiane*.

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 24/2022:

Altera o artigo 39 do Regulamento da Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto n.º 10/2019, de 26 de Fevereiro.

Decreto n.º 25/2022:

Aprova os Preços Mínimos de Compra ao Produtor do Algodão Caroço e da Taxa para o Descaroçamento do Algodão, a vigorar na Campanha Agrária 2021/2022 e cria o Mecanismo de Estabilização do Preço do Algodão Caroço.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 24/2022

de 3 de Junho

Havendo necessidade de proceder à alteração do Regulamento da Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto n.º 10/2019, de 26 de Fevereiro, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 203 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1

(Alteração)

O artigo 39 do Regulamento da Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado,

Decreto n.º 25/2022

de 3 de Junho

Havendo necessidade de fixar os preços mínimos de compra ao produtor do algodão caroço e da taxa para o descaroçamento do algodão caroço, a vigorar para a Campanha Agrária 2021/2022, e de aprovar o mecanismo de estabilização do preço mínimo de compra ao produtor do algodão caroço, ao abrigo do disposto no artigo 27 do Regulamento para a Cultura do Algodão, aprovado